

Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

- ◆ **Capítulo 11**
Sociologia do Desenvolvimento, 258
- ◆ **Capítulo 12**
Globalização e integração regional, 282

PAT LACROIX/THE IMAGE BANK/GETTY IMAGES



Presente em aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, a globalização reconfigura o mundo e abre novas perspectivas para o ser humano. Entretanto, questões importantes a ela associadas, como uma distribuição mais justa da riqueza e do bem-estar, centrais no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ainda se apresentam como desafios para o século XXI.

Sociologia do Desenvolvimento

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender a importância dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para a análise do capitalismo como sistema mundial.
- Associar as teorias sobre desenvolvimento com os diferentes momentos sociais e econômicos dos séculos XX e XXI.
- Compreender as relações que são estabelecidas entre países e suas economias com base em diferentes posições de poder.
- Avaliar os limites e as possibilidades da aplicação das teorias e dos conceitos de desenvolvimento no mundo contemporâneo.



Edifício-sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) na cidade de Santiago (Chile, 2011).

A Cepal foi criada em 1948, com o objetivo de estimular o progresso dos países em desenvolvimento na América Latina.



UN PHOTOKIBAE PARK



Crianças em favela no bairro de Kallyanpur, na cidade de Dhaka (Bangladesh, 2010), são exemplo dos efeitos da pobreza em países em desenvolvimento.



EDUARDO ZAPPIA/PULSAR IMAGENS

As imagens que contrastam riqueza e pobreza no mundo nos remetem à oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia. Tal polarização está presente no atual sistema capitalista, marcado por contradições, como as elevadas desigualdades econômicas, tanto entre os indivíduos como entre os países. Aula de matemática numa escola em Arapiraca (AL, 2013).

◆ Questão motivadora

Considerando a persistência da concentração de renda na economia mundial, como conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento social e político de uma nação?

1

Primeiras palavras

Em seu relatório divulgado em 2014, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) chamava a atenção para o fato de que a humanidade, apesar de ter progredido de forma impressionante, continuava a apresentar imensas desigualdades, posto que cerca de 40% da riqueza do mundo estava concentrada nas mãos de apenas 1% da população mundial. Por que isso ocorre? Em que medida a forma como a riqueza é produzida e distribuída no mundo afeta a qualidade de vida das pessoas? O que o crescimento econômico e o desenvolvimento social têm a ver com as desigualdades sociais (pobreza, desemprego, falta de educação, falta de moradia, entre outros itens)?

Livre-comércio

Consiste na circulação de mercadorias, na forma de importação e exportação, sem que sejam submetidas a tarifas. Os que defendem as restrições ao comércio alegam que elas são necessárias para proteger empregos, ajudar a indústria nascente e impedir a concorrência desleal. Já os defensores do livre-comércio afirmam que este, por causa do princípio das vantagens comparativas, será sempre melhor para produtores e consumidores.

Com as transformações políticas e econômicas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, foram estabelecidos ideais para que as sociedades que tinham rompido com o Antigo Regime pudessem seguir os trilhos da democracia e da liberdade, do desenvolvimento econômico e do bem-estar. Para isso, também foi necessário definir o que se entendia por liberdade e por desenvolvimento, assim como os demais conceitos que passariam a ser objetivos comuns das sociedades modernas. Os meios para atingir essas metas variavam de acordo com o sistema socioeconômico: planejamento socialista, liberalismo capitalista e outras posições construídas com base em combinações de políticas sociais, regulação econômica e mercado.

As disputas pelos diferentes projetos de desenvolvimento, marcadas pelo conflito entre capitalismo e socialismo, tomaram novos rumos no final do século XX. A partir de 1990, com a dissolução do Estado soviético, o capitalismo tornou-se o modo de organização socioeconômica hegemônico no planeta.

A polarização entre a economia soviética e o modelo de **livre-comércio** deixou de existir, e o debate sobre o modo ideal de produção e distribuição de riquezas tem se restringido à busca do melhor modo de organização e gerenciamento da própria economia de mercado capitalista.

Embora dominante no mundo contemporâneo, o capitalismo está longe de ser um sistema isento de falhas. Por sua própria natureza, ele está sujeito a consequências socialmente graves e necessita de constante aperfeiçoamento.

Cronologia

Início da grande depressão econômica, que se estendeu pelos anos 1930. Foi o mais longo período de recessão do século XX. Suas consequências foram altas taxas de desemprego, queda no PIB da maioria dos países, declínio da produção industrial e desvalorização de ações. Com a crise, o liberalismo passou a ser questionado como meio de organização econômica para o desenvolvimento.

Aprovada pela Assembleia Geral da ONU a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organização responsável por avaliar e fomentar as possibilidades de progresso para os países em desenvolvimento da região.

Seminário internacional reúne representantes das principais agências multilaterais do mundo, assim como do governo e do Banco Central dos Estados Unidos, além dos governos de diversos países latino-americanos. Foram propostas recomendações para o desenvolvimento econômico dos países da América Latina – a cartilha neoliberal. O seminário foi denominado “Consenso de Washington”.

1929

1945

1948

1959

1989

Realizada a Conferência sobre Organização Internacional ou Conferência de São Francisco, que deu origem à Organização das Nações Unidas (ONU).

Criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), iniciativa regional da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. O órgão foi extinto em 2001 e substituído pela Agência do Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Em 2007, a Adene foi extinta, e a Sudene, reimplantada.

Fenômenos decorrentes do capitalismo – como a concentração de renda e o aumento da pobreza, a destruição das instituições de proteção social e dos recursos humanos e naturais –, bem como de situações delicadas nele engendradas, acabam gerando crises. Medidas de regulação de seus aspectos destrutivos seguiram diferentes orientações ao longo da história, mas hoje podem ser estudadas pelas teorias do desenvolvimento, que constituem importante capítulo da Sociologia.

2 Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento

Em algum momento em sua vida, em casa ou no noticiário da televisão, você escutou que este ou aquele país está "em crise". Por que essa palavra é tão recorrente? O sistema capitalista é uma forma de organização social e econômica relativamente nova na história da humanidade, mas que com frequência se encontra em crise. Ele resulta de um processo de transformação econômica associado à difusão da ideologia liberal, às mudanças políticas trazidas pela Revolução Francesa e às forças produtivas estabelecidas pela Revolução Industrial. Isso permitiu que a produção e a distribuição da riqueza de um país deixassem de ser geridas pelo monarca e passassem a ser organizadas pela racionalidade técnica e científica, submetidas às leis de mercado.

O capitalismo é um sistema socioeconômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e é movido pelo trabalho livre e assalariado. É também um sistema fundamentado na busca incessante por lucros, obtidos primordialmente com a produção industrial e, cada vez mais, pelos setores de serviços e inovação.

No contexto atual, a economia capitalista não deve ser confundida com a industrialização, que, desde a sua origem, foi o principal meio de desenvolvê-la. Hoje, por exemplo, a gestão capitalista da agricultura também é uma tendência, expressa pela mecanização das grandes monoculturas operadas por mão de obra especializada e assalariada em substituição à agricultura familiar e a outros métodos tradicionais de cultivo. A administração da produção rural pelos fundamentos da economia de mercado e da produção industrial é chamada de **agronegócio**.

A Revolução Francesa foi abordada no capítulo 6: Poder, política e Estado, e as consequências da Revolução Industrial, no capítulo 9: Trabalho e sociedade. O capitalismo pode ser trabalhado em suas causas e consequências políticas, nas economias doméstica e internacional.



♦ www.pnud.org.br.

Acesso em: mar. 2016.

Endereço eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Além de oferecer informações e documentos sobre o combate à desigualdade e à pobreza em nosso país, o site detalha parcerias estabelecidas entre governo e sociedade civil com o intuito de promover ações solidárias na sociedade brasileira.

Amartya Sen, economista indiano, recebe o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas por suas contribuições para as teorias da decisão social e do Estado de bem-estar social. Foi o primeiro economista de um país em desenvolvimento a receber o prêmio.

Lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma série de medidas do governo federal para estimular o crescimento econômico.

1991

1998

2001

2007

2014

A dissolução da União Soviética põe fim à polarização entre capitalismo e socialismo na disputa mundial pela melhor estratégia de desenvolvimento. O debate passa a se concentrar na regulação ou maior liberalização do próprio capitalismo.

Publicação do relatório *Building Better Global Economics BRICs*, que apontou para o aumento da importância social, econômica, política e militar de Brasil, Rússia, Índia e China, cujas iniciais formam a sigla Brics. Esses países alcançaram índices de industrialização próximos aos dos países desenvolvidos, mas ainda não resolveram seus principais problemas sociais, como a distribuição de renda.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul oficializam a criação de um novo banco de desenvolvimento. Com capital inicial autorizado de US\$100 bilhões, o Banco do Brics pode oferecer créditos para infraestrutura ou socorrer economias em crise, servindo como alternativa para o sistema de gerenciamento econômico internacional definido em 1944 pelas conferências de Bretton Woods.



O modo de produção capitalista avança sobre as práticas tradicionais e leva desemprego às áreas rurais, já que privilegia o uso intensivo de tecnologia para aumentar a produtividade e a lucratividade. Acima, à esquerda, colheitadeiras de soja na cidade de Tangará da Serra (MT, 2012); à direita, cultivo em pequena propriedade, em Ibiúna (SP, 2011).

Planejamento econômico

Para o pensamento econômico clássico, as empresas e as famílias defendem seus interesses no mercado. As sociedades modernas, no entanto, reconhecem a existência de bens não privados, interesses comuns e bens sociais para os quais não existem mercados eficientes. Nesse caso, as decisões devem ser tomadas por um terceiro agente, que em sociedades democráticas é o governo. Ele adota medidas econômicas, monetárias ou jurídicas para atingir seus objetivos. A decisão sobre os gastos públicos e a regulamentação sobre eles exercida é a "mão visível da burocacia", expressão usada para se contrapor à "mão invisível do mercado autorregulado", de Adam Smith. Na prática, o Estado deve disciplinar a atividade produtiva para promover o desenvolvimento econômico e evitar (ou amenizar) os efeitos das crises econômicas.

As economias de mercado enfrentam periodicamente momentos nos quais as taxas de lucro ou a acumulação de capital ficam muito baixas, igual a zero ou negativas. Quando isso acontece, dizemos que a economia capitalista está em crise. Os momentos de crise do capitalismo podem ser causados por uma superprodução de mercadorias ou por especulações financeiras. No primeiro caso, as mercadorias produzidas pelas empresas não encontram compradores suficientes, o que leva a perdas constantes e prejuízos; foi o que ocorreu quando da crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Já no segundo, os empresários passam a investir no mercado de ações com expectativa de maiores ganhos futuros, retirando investimentos de outras indústrias. Esse movimento de especulação financeira conduz à criação de "bolhas" – ou seja, valores superestimados das mercadorias em decorrência da alta expectativa de ganhos futuros – que, inevitavelmente, acabam "explodindo", pois os salários não acompanham essa alta nos preços, e as mercadorias ficam inacessíveis para os consumidores.

A diminuição dos investimentos nas indústrias acarreta a diminuição da contratação de mão de obra, da compra de matérias-primas e de máquinas. Por sua vez, as empresas que produzem máquinas e extraem matérias-primas veem seus lucros serem reduzidos, o que as leva a diminuir investimentos e a demitir funcionários. Os trabalhadores desempregados não encontram novos postos de trabalho e, como não têm outra fonte de renda, acabam aumentando os percentuais de pobreza. Nesse cenário de retração, também chamado de recessão, é muito improvável que os investidores voltem a atuar e que a economia recupere o dinamismo com base apenas na decisão espontânea dos capitalistas, que preferem guardar seu dinheiro a investir na produção.

As propostas de solução para as crises do capitalismo estiveram, durante muito tempo, centradas na ideia de que somente uma economia planificada, gerida por um sistema político socialista, seria capaz de produzir crescimento com justiça social. Essa conclusão era resultado da experiência que mostrava como as falhas nas leis de mercado levavam um país à estagnação e seu povo à pobreza. Atualmente, a administração das crises do capitalismo obedece à própria lógica do sistema. Desde a falência do liberalismo econômico clássico no começo do século XX, do fascismo e do socialismo soviético, o principal agente capaz de estabelecer os princípios de resolução das crises tem sido o Estado nacional democrático, por meio do **planejamento econômico**.

O capitalismo tem se revelado um modo de produção caracterizado por crises cíclicas nas quais os momentos de grande lucratividade são contrastados por períodos igualmente longos de crise, com redução da demanda e dos lucros e aumento da pobreza. Na imagem, fila de desempregados durante a crise de 1929, em Nova York (Estados Unidos).



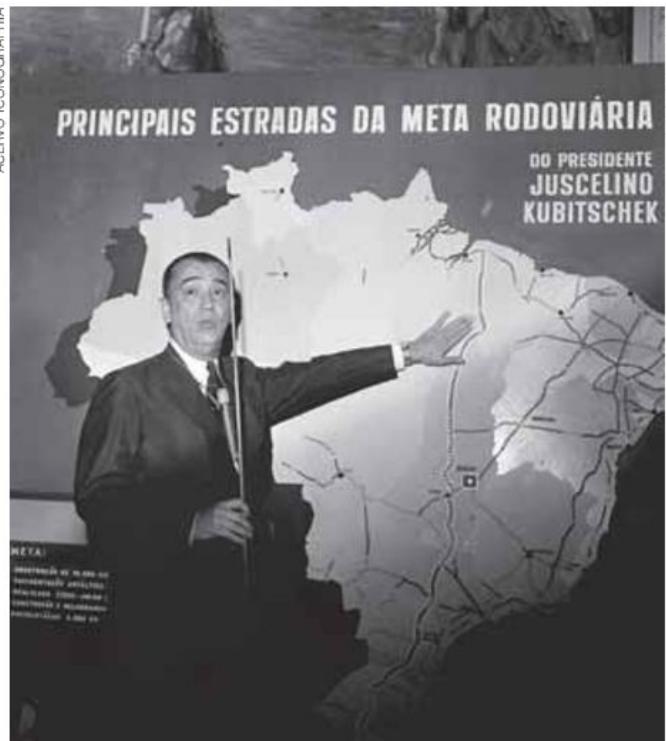
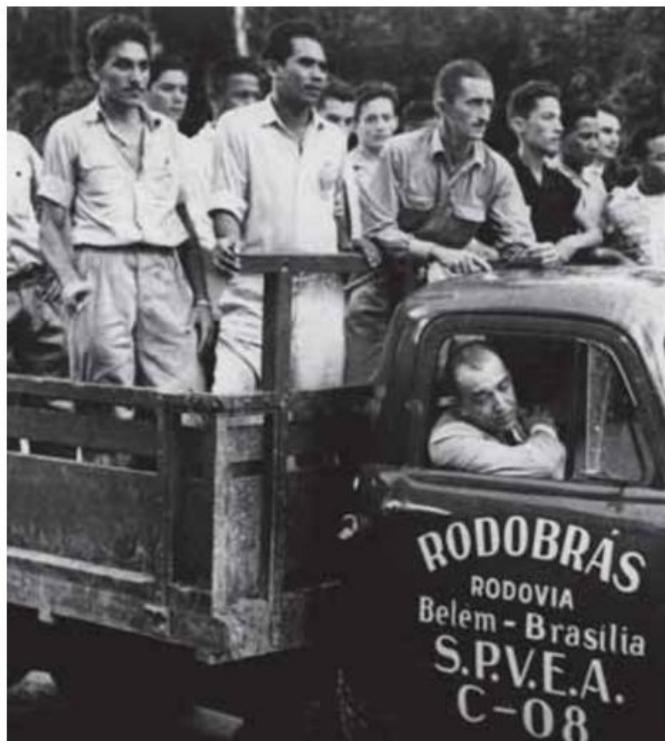
O conceito de mais-valia foi trabalhado no capítulo 9: Trabalho e sociedade. Deve ser recuperado aqui para facilitar a compreensão da produção da riqueza nesse sistema socioeconômico como resultado das relações entre o trabalho e o capital. A mesma lógica da exploração será reproduzida nas relações internacionais, que levarão ao debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nação

Compreender o conceito de nação é fundamental para entender as relações políticas contemporâneas. O termo “nação” originou-se no discurso político europeu e ganhou força durante a Revolução Francesa. Nação associa-se a uma ideia de agregação de indivíduos de diferentes segmentos sociais por meio de laços identitários comuns, capazes de vinculá-los a uma única estrutura política governamental. Assim, há uma vinculação entre a ideia de nação (comunidade de indivíduos unidos por laços sócio-históricos e culturais) e a ideia de Estado (entidade política responsável pela administração da vida pública).

A nação é um elemento central para a Sociologia do Desenvolvimento, pois suas teorias empregaram frequentemente essa ideia como meio de obtenção de consenso social para a execução de seus projetos. Com a formação de novos blocos político-econômicos que integram diferentes Estados, é possível que haja uma ressignificação do conceito de nação, uma vez que outras estruturas identitárias podem vir a se configurar.

O debate atual sobre questões socioeconômicas conduz à avaliação dos limites e poderes do Estado quando se trata de evitar ou resolver as crises do capitalismo. Discute-se a respeito de seus possíveis papéis como regulador, fomentador ou simples coadjuvante na esfera econômica. Esse debate pode ser resumido no esforço de definir os papéis e responsabilidades do Estado no processo global de desenvolvimento de uma nação. Portanto, se a crise econômica está associada à queda dos lucros e a suas consequências para capitalistas e trabalhadores, o desenvolvimento resulta da produção da riqueza e da forma como esta é distribuída para atingir os ideais coletivos da sociedade. Compreender os papéis do Estado e do setor privado em contextos de desenvolvimento e de crise é o ponto de partida para aprendermos mais sobre os diferentes fatores que articulam esses agentes.



Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), o planejamento econômico do Estado decidiu alocar recursos em bens públicos (como estradas) para os quais não havia ainda um mercado eficiente. Outras obras de infraestrutura necessárias para o crescimento do país foram realizadas. Nas fotos, o presidente em caminhão que transportava operários alocados na construção da rodovia Belém-Brasília (1958) e fazendo palestra sobre o desenvolvimento econômico e as metas do governo no Rio de Janeiro (RJ, 1959).

3

Abordagens e perspectivas do desenvolvimento

Nas economias de mercado, a produção e a distribuição de mercadorias são idealmente reguladas pela lei da oferta e da procura, e sua eficiência é responsável pelo crescimento econômico. Segundo essa perspectiva, o conceito de progresso é avaliado pelo aumento da produção de riquezas viabilizado pelo mercado e medido pelo dinheiro. Para os economistas liberais, o mercado funcionaria de forma independente das instituições responsáveis pela coesão social e pelo bem-estar dos indivíduos. Por isso, diz-se que esse mercado é autorregulado. Assim, bastaria que um país adotasse políticas corretas de mercado para alcançar, de modo linear, o mesmo estágio de desenvolvimento desfrutado pelas grandes economias mundiais.

Do ponto de vista da Sociologia, o mercado é apenas uma das instituições de que uma sociedade precisa para existir. As instituições responsáveis pela socialização garantem que, quando algum cidadão não for capaz de prover sua existência ou a de seus dependentes, diferentes redes de sociabilidade atuarão para evitar sua destruição. Essas redes não funcionam conforme as leis de mercado, mas são reguladas por princípios de **reciprocidade** mediados pelos diferentes laços sociais. Isso significa que, além da escassez dos recursos disponíveis, existem fatores morais e sociais que determinam as escolhas econômicas. Portanto, a economia está imersa tanto em instituições econômicas (entre as quais se encontra o mercado) quanto em não econômicas (como as famílias e as igrejas).

Sociedades liberais, como as que foram construídas na Inglaterra e nos Estados Unidos entre o final do século XVIII e o início do século XX, tendem a colocar em risco a existência da maioria de seus integrantes e dos laços que mantêm a sociedade coesa. Historicamente, podemos verificar que, no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, o sistema econômico estava em conflito com os mecanismos de autoproteção da sociedade.

Reciprocidade

Relação de troca não fundamentada na racionalidade econômica ocidental moderna e na qual valores afetivos e morais orientam as trocas. A doação, para a qual se espera outra doação futura em contrapartida (também chamada, na Antropologia, de "dom e contradom"), pode ser um valor econômico e uma força política de coesão que regula as relações em uma sociedade.

Saiba mais

Autorregulação do mercado: lei da oferta e da procura

Para os economistas liberais, o livre-mercado existe quando compradores e vendedores transacionam bens, produtos ou serviços, ou seja, quando existe uma produção excedente que é disponibilizada numa relação formal de troca. O mercado será competitivo quando existirem muitos compradores e vendedores. Assim, o comportamento de cada ator econômico (um indivíduo, uma empresa etc.) – suas decisões de comprar e vender – poderá ser desconsiderado na determinação dos preços; isso quer dizer que um único ator econômico não é capaz de alterar os preços nem a quantidade ofertada e demandada.

A curva de oferta e demanda mostra que a quantidade de bens de consumo disponibilizados no mercado depende do preço. Quanto maior o preço, menor a demanda e, por sua vez, maior a oferta (incentivada pela perspectiva de altos lucros). O encontro das curvas é chamado de equilíbrio de mercado. Para a tradição liberal, num mercado perfeitamente livre, o comportamento de compradores e vendedores tenderá ao equilíbrio. Quando a oferta é superior à demanda, os preços tendem a cair e, da mesma forma, quando a demanda é superior à oferta, tendem a subir. Quando oferta e demanda se encontram, estabelece-se o equilíbrio de mercado.

Segundo o diagrama idealizado pelo economista britânico Alfred Marshall, quando a quantidade ofertada de um bem se iguala à sua procura, é atingido o equilíbrio de mercado. Esse é o funcionamento da autorregulação ou "mão invisível do mercado".

Fonte: MARSHALL, Alfred. *Princípios da economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

Cruz Marshalliana



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Como, nessa fase, as instituições de regulação social e os laços de reciprocidade estavam enfraquecidos, a concentração de renda e o aumento progressivo da desigualdade social reduziram os meios de assegurar condições mínimas de vida para todos.

Esse fenômeno foi estudado por Karl Polanyi, na década de 1940. Com a sociedade em crise, situação evidenciada pelo número crescente de pobres e miseráveis, tornou-se necessário impor limites à autorregulação do mercado. Como resposta a esse desafio, surgiram propostas de planejamento da economia pelo Estado. Pela via política, foi possível reintroduzir na dinâmica do mercado princípios de sociabilidade capazes de evitar a autodestruição da sociedade capitalista. As crises econômicas, como a deflagrada em 2008 em consequência das bolhas especulativas que se formaram no mercado imobiliário dos Estados Unidos, são exemplos dos riscos presentes em uma sociedade que pauta sua vida econômica exclusivamente pela autorregulação do mercado. Essas crises sugerem que o modelo de crescimento que sacrifica o bem-estar social deve ser revisto.

A crise inaugurada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 teve como resposta a adoção do planejamento econômico pelos Estados Unidos, país símbolo do liberalismo econômico no mundo. A política de intervenção pública na economia estadunidense foi batizada como *New Deal* (Novo Acordo) e tornou-se um modelo de resposta capitalista à crise. A intervenção do Estado consistia em medidas como o aumento dos gastos públicos, o controle dos preços e da produção e a redução da jornada de trabalho, a fim de abrir novas vagas para a massa de desempregados. A sociedade aprendia, pela experiência da crise econômica, que o mercado, por si só, não era capaz de promover o desenvolvimento. A Ciência Econômica acreditava que poderia dar uma resposta capaz de garantir a sobrevivência e o bem-estar da população sem abrir mão do projeto capitalista, ao contrário do ocorrido na União Soviética, que aboliu o capitalismo e adotou o socialismo a partir de 1917.

Os fundamentos teóricos do *New Deal* eram inspirados no modelo proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Favorável à intervenção do Estado na economia com base em uma teoria não ortodoxa, mas sem abrir mão dos princípios do capitalismo (como propriedade privada e trabalho assalariado), o pensamento keynesiano predominou nos Estados Unidos, na Europa e em outras partes do mundo. No segundo pós-guerra, serviu como parâmetro para que muitos países iniciassem seus projetos de reestruturação econômica, administrativa e social.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA



Karl Polanyi pontua que o processo econômico é instituído em diferentes arranjos institucionais (como aqueles que envolvem relações de reciprocidade), e não apenas no moderno mercado autorregulado.

Karl Polanyi

O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi advogado e professor de História Econômica em Oxford, na Inglaterra, para onde emigrou em 1933 fugindo do nazismo. Em 1944, escreveu sua obra-prima: *A grande transformação: as origens de nossa época*. Um dos pontos principais dessa obra foi a demonstração de que o capitalismo precisa transformar a terra, o trabalho e o dinheiro em "mercadorias fictícias", sujeitas às relações de mercado. São fictícias porque, apesar de negociadas no mercado, não podem ser produzidas para a venda pelo trabalho assalariado. O trabalho está relacionado à vida humana, à terra e à natureza, enquanto o dinheiro está vinculado a instituições sociais como os bancos e o Estado. É possível queimar uma safra de café para forçar a elevação dos preços, mas não é possível fazer o mesmo com o trabalho (vida), a terra (natureza) ou o Estado (instituição social) sem causar graves consequências para a existência da sociedade. Outros princípios de troca devem reger esses aspectos da sociedade, como a reciprocidade.

Filme

◆ A Dama de Ferro

REPRODUÇÃO



Reino Unido/França, 2011.

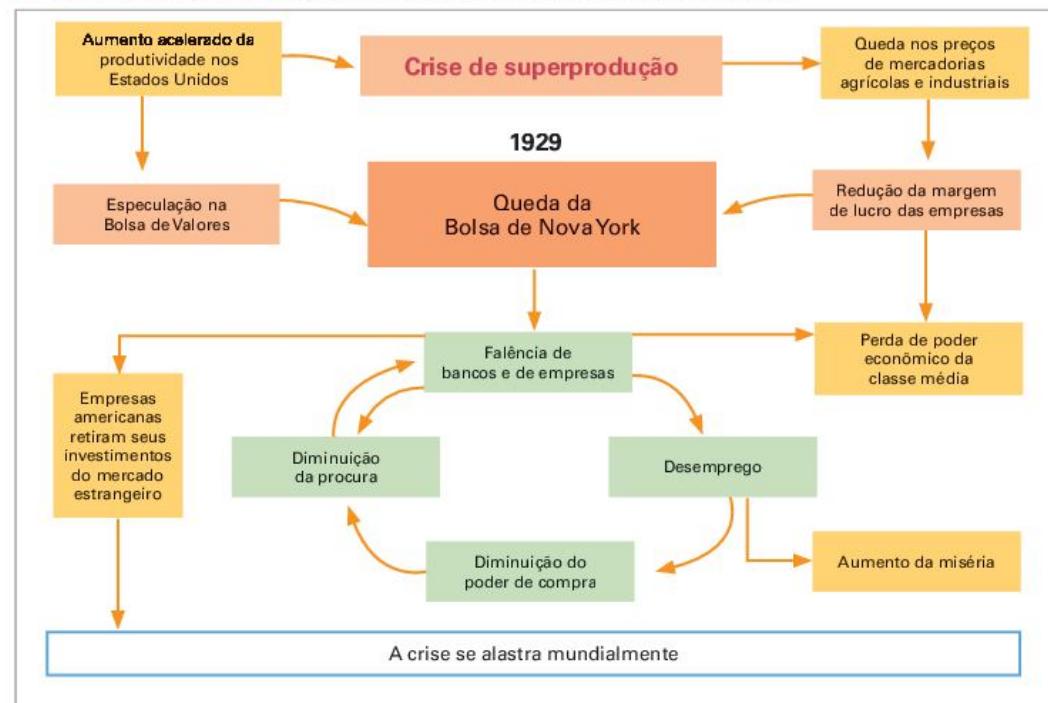
Direção: Phyllida Lloyd.

Duração: 105 min.

Filme biográfico sobre Margaret Thatcher, tida como a primeira-dama do neoliberalismo. Embora centrado na vida pessoal da personagem, explicita momentos políticos cruciais da Inglaterra, além da insatisfação popular com suas medidas.

Mundialização da crise econômica dos Estados Unidos de 1929

As leis de mercado não são suficientes para regular a vida social: a quebra da Bolsa de Valores de Nova York deixou milhares de cidadãos estadunidenses pobres e desprotegidos, o que levou o Estado a rever sua função na economia. Os dois quadros desta página mostram o ciclo mundial da crise e a solução keynesiana, que resgatou a economia capitalista e abriu caminho para o Estado de Bem-Estar Social (Ebes).



ILUSTRAÇÕES: ANDRÉS DE ANDRADE PIMENTEL

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Solução keynesiana para a crise de 1929

Filme

Um sonho intenso

REPRODUÇÃO

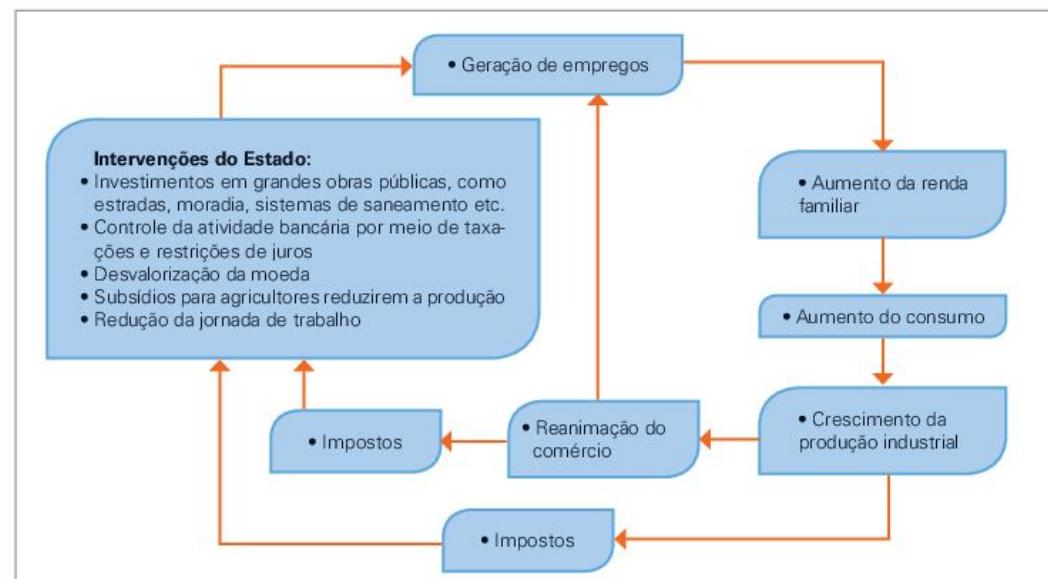


Brasil, 2014.

Direção: José Mariani.

Duração: 101 min.

Esse documentário aborda questões como desenvolvimento e subdesenvolvimento do Brasil, com base em entrevistas com sociólogos, economistas e historiadores eminentes. Além de apresentar a história do Brasil a partir dos anos 1930, o filme discute uma série de perspectivas sobre a situação do país em termos de desenvolvimento e sobre seu futuro.



Diagramas elaborados pelos autores.

Conforme o pensamento keynesiano, o Estado deveria agir em três áreas interligadas. Na economia, coordenaria a produção capitalista, estimulando a poupança, promovendo o desenvolvimento econômico, corrigindo possíveis distorções do mercado, bem como garantindo o pleno emprego e controlando setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, como telecomunicações e petróleo. Na área social, promoveria políticas públicas que garantiriam ao cidadão acesso universal a direitos sociais, como educação e saúde. Por fim, na área administrativa, manteria o controle do funcionamento interno do Estado por meio de uma burocracia tecnicamente qualificada e com tarefas definidas. Em consequência, o desenvolvimento passou a ser compreendido como algo mais amplo do que o simples crescimento econômico, envolvendo transformações econômicas, sociais e políticas mediadas pelo Estado.

As instituições de Bretton Woods

Em razão da Grande Depressão, que marcou os Estados Unidos, e de suas consequências, associadas ao pensamento keynesiano e aos temores causados pelos regimes nazifascistas, delegados das nações aliadas (entre as quais ainda estava a URSS) reuniram-se na cidade de Bretton Woods (Estados Unidos) para estabelecer as regras comerciais e financeiras que iriam vigorar no mundo a partir do pós-guerra. Das reuniões realizadas em julho de 1944 surgiram as grandes instituições financeiras que até hoje balizam a economia global: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) – posteriormente dividido, dando origem ao Banco Mundial e ao Banco para Investimentos Internacionais – e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde o início, contudo, ficou claro que essas instituições visavam antes atender aos interesses dos Estados Unidos e de seus principais aliados do que promover o equilíbrio econômico e o desenvolvimento social entre as nações. Assim, os países socialistas logo desistiram de participar das instituições de Bretton Woods, ao passo que, no decorrer dos anos, vários países periféricos, como o Brasil, tiveram suas políticas nacionais de desenvolvimento interrompidas quando, em função de problemas econômicos, precisaram buscar socorro nos recursos geridos por essas instituições.

Com sede em Washington (Estados Unidos), o FMI visa promover o emprego e a cooperação econômica, estimular o livre-comércio e favorecer a estabilidade monetária e cambial dos países-membros por meio da disponibilização condicionada de recursos financeiros. Entretanto, tem sido criticado por constituir um forte instrumento de dominação dos países centrais sobre os países periféricos, quer por meio de suas políticas monetárias restritivas, quer por meio dos juros exorbitantes que são cobrados pelos recursos disponibilizados.



No plano ideológico da **Guerra Fria**, esse projeto de fortalecimento das economias de mercado a partir do Estado visava conter a expansão socialista, que, pelo caráter planificado de sua economia, não sofreu tanto com as crises econômicas que abalaram o mundo capitalista no entreguerras. Assim, o aumento da capacidade de consumo e de expansão do comércio, bem como a estabilização das relações econômicas e a consolidação de infraestrutura – enfim, o desenvolvimento –, era um meio de fortalecer os países do bloco capitalista e impedir o avanço do bloco socialista.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o êxito das políticas keynesianas inspirou diversas teorias de matriz liberal-capitalista sobre o desenvolvimento, todas referenciadas na história euro-americana. Uma delas foi a Teoria Estrutural-Funcionalista, construída entre os anos 1950 e 1960. Essa abordagem, que também possui caráter linear, evolucionista, tem no economista e político estadunidense Walt Whitman Rostow (1916-2003) um de seus principais representantes.

Em seu clássico *Etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista*, de 1959, Rostow discorre sobre uma teoria do desenvolvimento estruturada em cinco etapas, sendo a primeira a sociedade tradicional, marcada por uma economia de subsistência, e a última a do consumo de massas, na qual o setor de serviços se torna dominante. Com ênfase na eficácia do livre-mercado, o modelo evolucionista de Rostow converge para a perspectiva keynesiana, pela qual o governo exerce um importante papel no desenvolvimento nacional.

Guerra Fria

Designa o período situado entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da antiga URSS (1991), no qual Estados Unidos e União Soviética disputaram a hegemonia política, ideológica, econômica e militar no mundo. O adjetivo "fria" refere-se ao fato de o poderio nuclear das duas superpotências impedir um confronto direto entre ambas. Entretanto, houve vários confrontos indiretos, como as guerras da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1959-1975) e do Afeganistão (1979-1989).

A ONU e o desenvolvimento global

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Desde o início, a ONU esteve voltada para a manutenção da ordem internacional estabelecida no pós-guerra. Sua função seria a de garantir os direitos fundamentais em todos os países-membros e funcionar como palco para o debate sobre os objetivos e as políticas de desenvolvimento, que trariam à cena conflitos de interesses no plano internacional.

Embora a Assembleia Geral, na qual todos os países-membros estão igualmente representados, seja o principal espaço de debates da ONU, todas as deliberações da organização estão subordinadas ao Conselho de Segurança (CS), seu verdadeiro órgão executivo. O CS é formado por 15 membros, dos quais dez são rotativos e cinco são permanentes. Os membros permanentes – Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia (sucessora da URSS) – possuem poder de voto sobre qualquer matéria, podendo isoladamente bloquear qualquer decisão ou iniciativa da ONU. Isso gera um franco desequilíbrio e alimenta as crescentes demandas pela democratização da ONU e de seu Conselho de Segurança.



Embora o Conselho de Segurança da ONU seja formado por 15 membros, os cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia) podem isoladamente bloquear qualquer decisão ou iniciativa da ONU proposta pelos outros membros, o que gera um desequilíbrio de poderes.

As teorias do subdesenvolvimento

Cepal

Criada em 25 de fevereiro de 1948, a Cepal tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico da região mediante o compromisso de assessorar as ações realizadas para tal e contribuir para o estreitamento das relações econômicas entre seus países-membros e os demais países do mundo. Recentemente, a Cepal incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social sustentável.

A crítica às teorias capitalistas do desenvolvimento, que buscavam nas características internas dos países pobres as razões para sua condição de subordinação e subdesenvolvimento econômico, abriu diferentes possibilidades interpretativas; entre elas estão os estudos de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Na transição dos anos 1940 para os anos 1950, uma nova interpretação do desenvolvimento econômico e social latino-americano foi formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – **Cepal**, organização criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Seus fundamentos foram elaborados por Raúl Prebisch, que propôs a divisão do mundo em “centro e periferia”. O “centro” englobaria as nações industrializadas, e a “periferia” seria formada pelas nações em desenvolvimento. As desigualdades no sistema centro-periferia resultariam do papel desempenhado pelos países nas relações internacionais. Os países centrais teriam um comportamento ativo, ao passo que as nações periféricas teriam uma conduta passiva, dependente do dinamismo interno e do crescimento das economias centrais.

A compreensão das desigualdades entre países periféricos e centrais dependeria também da crítica à **teoria das vantagens comparativas**, desenvolvida pela economia clássica inglesa – cujos expoentes foram Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Essa foi a primeira teoria a formular os benefícios que o livre-comércio poderia trazer a todos os países que dele participassem.

Quem escreveu sobre isso

ARQUIVOSTADÃO CONTEÚDO



Raúl Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) foi membro da Cepal. Ele ganhou notoriedade por ter formulado os princípios que seriam a base da teoria da dependência. Em 1950, escreveu o ensaio *Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico*, que ficou conhecido como "Manifesto latino-americano".

Raúl Prebisch formulou as bases da teoria da dependência e se valeu das ideias de Keynes para defender políticas de desenvolvimento para a América Latina.

Contudo, o princípio das vantagens comparativas não explicava a situação vivida na América Latina. Ao contrário, o livre-comércio beneficiava as economias centrais, que detinham grande poder sobre as economias periféricas. Essa situação resultava em uma distribuição desigual dos benefícios e das tecnologias, gerando um círculo vicioso batizado por Prebisch de "deterioração dos termos de troca". Os países pobres se conservavam pobres, pois não tinham como processar as matérias-primas. Assim, em vez de produzir bens manufaturados de maior valor agregado, continuavam produzindo bens agrícolas primários, cujos preços diminuíam com o aumento da produção, enquanto o valor das mercadorias industrializadas importadas aumentava. Logo, os países não industrializados tinham que produzir cada vez mais matérias-primas para obter igual quantidade de bens industrializados, o que perpetuava sua condição periférica.

Por esse motivo, os autores vinculados à Cepal afirmavam que era necessário pensar a América Latina tendo por base seu próprio contexto histórico. Em outras palavras, para entender a subordinação dos países latino-americanos, era imprescindível compreender as especificidades históricas locais e, consequentemente, rejeitar a aplicação de modelos importados sem relação com a história de cada país.

No que diz respeito ao aspecto político, influenciados pelo pensamento keynesiano, os cepalinos (pensadores responsáveis pela produção intelectual da Cepal) afirmavam que seria necessária uma forte atuação do Estado no incremento da industrialização e na superação da pobreza.

Saiba mais

Princípio das vantagens comparativas

A "vantagem comparativa" resulta da análise daquilo de que cada produtor tem de abrir mão para a produção de determinado bem (isso é chamado de "custo de oportunidade"). O produtor que precisa de menos horas de trabalho, por exemplo, para produzir um bem (isto é, tem menor custo de oportunidade) possui uma vantagem comparativa na fabricação desse bem. Isso significa que cada produtor deve utilizar sua capacidade para produzir um bem em condições vantajosas em relação a seus vizinhos e comprar deles tudo de que precisar. Na formulação original de Adam Smith, o sapateiro fabrica sapatos e compra do alfaiate trajes, enquanto o alfaiate fabrica os próprios trajes e compra do sapateiro sapatos. Esse princípio valeria tanto para a economia doméstica quanto para o comércio internacional.

Site

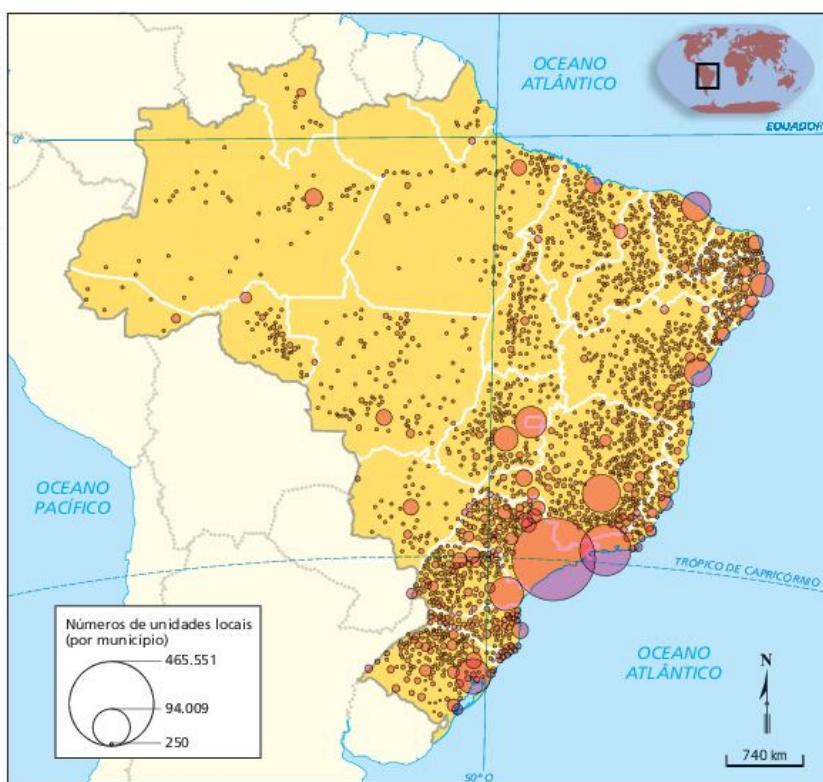
♦ www.cepal.org

Acesso em: mar. 2016.

Endereço eletrônico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Ali são encontradas informações sobre a Cepal, bem como artigos, análises e interpretações sobre o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Localização das indústrias no Brasil (2000)

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL



A política de substituição de importações permitiu o desenvolvimento da indústria no país. Nos dias atuais, o Brasil apresenta um nível de industrialização próximo ao dos países desenvolvidos.

Fonte: HERVÉ, Théry; MELO, Neli A. de. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 147.

No Brasil, a obra de Celso Furtado apresenta um esforço contínuo de caracterização do subdesenvolvimento como condição estrutural da periferia. Com base em estudos históricos, Furtado argumentava que o subdesenvolvimento deve ser compreendido como resultante de um processo histórico que não necessariamente está relacionado às etapas pelas quais passaram as economias centrais. Nesse sentido, o subdesenvolvimento não deve ser caracterizado como um estágio inferior da história econômica mundial, mas um fenômeno que decorre do próprio desenvolvimento atingido pelos países capitalistas centrais.

Quem escreveu sobre isso

GIUSEPPE BUZZARRI/OLHAPRESS



Celso Furtado contribuiu com ideias originais para a teoria e a política econômica no Brasil e na América Latina.

Celso Furtado

Nascido em Pombal (PB), Celso Furtado (1920-2004) é um dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro. Sua teoria original sobre o subdesenvolvimento rompeu com o pensamento vigente em sua época e abriu caminho para a produção de diagnósticos e políticas nacionais para abordar os problemas da sociedade brasileira e dos demais países periféricos. Trabalhou na Cepal em 1949 e, dez anos depois, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Posteriormente, foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ministro do Planejamento no governo João Goulart, teve os direitos políticos cassados pela ditadura civil-militar de 1964 e seguiu para o exílio na França, onde se tornou professor de Economia do Desenvolvimento na Universidade de Sorbonne. Após seu retorno ao Brasil, foi nomeado ministro da Cultura no governo José Sarney. Sua obra mais importante é *Formação econômica do Brasil*, de 1959.

A abertura dos países periféricos aos investimentos estrangeiros também era admitida e incentivada pelos cepalinos, para que esses países pudessem acelerar seu ritmo de industrialização. Nos anos 1950, tais medidas passaram a ser conhecidas como "substituição de importações". Isso significava rejeitar a ideia de que seria mais eficiente manter sua vocação agrário-exportadora (como previa o princípio das vantagens comparativas) e estabelecer um parque industrial capaz de suprir o mercado interno.

A vertente da teoria do subdesenvolvimento iniciada por Raúl Prebisch centrava suas críticas nos aspectos econômicos que sustentavam as desigualdades existentes entre países centrais e periféricos. Pouco esclarecia sobre as estruturas de dominação internacional que emolduravam e mantinham as relações entre centro e periferia. Era preciso estender a análise econômica para os campos da política e da cultura, a fim de traçar um diagnóstico mais preciso da situação do subdesenvolvimento e permitir políticas mais eficazes para sua superação.

É nesse momento que Furtado estabelece a diferença entre crescimento e desenvolvimento. A primeira categoria trata do aumento da produção; a segunda consiste nas suas consequências para o conjunto da economia da sociedade. Como forma de superação do subdesenvolvimento, Furtado defende ampla participação do Estado no planejamento da economia, em parceria com o capital nacional. Além disso, também propõe ampliar o desenvolvimento tecnológico. Tudo isso deve ser impulsionado por uma indústria local diversificada e apoiada pela demanda interna.

Teoria da dependência

Com base nas reflexões de Prebisch e Furtado, criou-se uma segunda vertente teórica do subdesenvolvimento, depois denominada teoria da dependência. De início proposta por sociólogos como o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto (1935-2003), que mantiveram a crítica econômica anterior, essa nova vertente avançou progressivamente para uma outra perspectiva, de viés marxista.

Em linhas gerais, a teoria da dependência apontava a importância de analisar as relações entre o **imperialismo** e as classes dominantes locais para a compreensão do subdesenvolvimento. Admitia também que os mercados, a tecnologia e as finanças oriundas dos países centrais colocavam a periferia em situação de dependência.

Na corrente teórica do dependentismo, a interpretação sobre o desenvolvimento passa pela relação entre a economia e as esferas de poder. Para os dependentistas, as escolhas econômicas nunca são neutras e estão sempre pautadas por um princípio político, isto é, privilegiam determinados interesses em detrimento de outros. Nesse sentido, a questão do desenvolvimento envolve o poder, ou seja, a capacidade de decidir até que ponto determinados grupos dominantes podem ter seus interesses contrariados sem que se estabeleça uma crise. Portanto, os caminhos propostos para o desenvolvimento passam pelas disputas políticas e pelos interesses dos grupos dominantes, e as pressões sociais decorrentes desse processo incidem diretamente sobre o Estado e seus projetos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem escreveu sobre isso

ERNESTO RODRIGUES/FOLHAPRESS



Um dos principais nomes da teoria da dependência, quando presidente (entre 1995 e 2003), Fernando Henrique Cardoso adotou o receituário neoliberal e, na prática, renegou parte expressiva de sua produção intelectual.

Fernando Henrique Cardoso

Nascido no Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso (1931-) é sociólogo e político. Formado pela Universidade de São Paulo (USP), da qual posteriormente veio a ser professor emérito, foi um dos principais nomes da teoria da dependência. Entre suas obras mais significativas, estão *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), escrita em parceria com Enzo Faletto. Em 1978, ingressou na política como candidato ao Senado por São Paulo. Ministro das Relações Exteriores e, depois, ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco, que durou de 29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995, foi o principal articulador da equipe que criou o Plano Real. Foi eleito presidente da República em 1994, reelegendo-se quatro anos depois. Intelectual de prestígio internacional, deixou um legado contraditório como presidente. De um lado, está o êxito no combate à inflação e na reestruturação do sistema bancário brasileiro; de outro, estão o aprofundamento da desigualdade social e escândalos de corrupção envolvendo a privatização de empresas estatais.

Livro

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

O livro do escritor uruguai, um clássico latino-americano, explica a conexão das riquezas dos países europeus e dos Estados Unidos com a pobreza das ex-colônias, relacionando a questão do desenvolvimento e da desigualdade à herança da colonização.

Imperialismo

Dominação econômica e política que um país ou região exerce sobre outros povos. Essa relação pode ser formal, mediante acordos e tratados, ou informal, por força das relações comerciais, diplomáticas etc.



Theotonio dos Santos é um dos principais formuladores da vertente marxista da teoria da dependência e um dos atuais expoentes da teoria do sistema-mundo (ver seção *Considerações sociológicas*, na página 278).

Theotonio dos Santos

Theotonio dos Santos (1936-) é bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ex-integrante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e professor da UnB, no início dos anos 1960, foi cassado pelo regime civil-militar de 1964, tendo se exilado no Chile em 1966. Com o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende e marcou a ascensão do general Augusto Pinochet, foi para o México, de onde retornou nos anos 1980, após a anistia política. Membro fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), então liderado por Leonel Brizola, Theotonio dos Santos defendeu que a superação do subdesenvolvimento não seria possível com a mera modernização da estrutura econômica e produtiva brasileira, mas dependeria de uma ruptura com o imperialismo capitalista. Entre suas principais obras citam-se *A nova dependência na América Latina* (1970) e *Imperialismo e dependência* (2012).

Por sua vez, os interesses das forças imperialistas externas podem coincidir com os valores, os projetos e as perspectivas dos grupos dominantes (hegemônicos) nos países periféricos, o que configura um sistema de dominação fundado na relação entre duas dimensões de poder: uma doméstica e outra internacional. Nessa visão, a dependência não seria apenas o resultado de uma força estrutural externa, mas também da construção da hegemonia de grupos e classes sociais internos. Em suma, a dependência deve ser vista como um mecanismo de dominação baseado tanto nos interesses dos grupos hegemônicos internos como nos daqueles oriundos do estrangeiro.

Tomando como ponto de partida esse pressuposto, a teoria da dependência introduziu o conceito de dominação na análise econômica e destacou que a exploração e as desigualdades existentes entre os países centrais e periféricos seriam forjadas em outras bases, como o pesado investimento estrangeiro feito pelas grandes corporações multinacionais, a extração das riquezas naturais dos países dependentes, o apoio que os países ricos deram (e ainda dão) aos regimes ditatoriais dos países pobres e o crescente endividamento externo dos países periféricos, que aumenta sua dependência em relação aos países credores. A teoria da dependência nos ajuda a entender que nos países da América Latina as dificuldades estruturais, em princípio, são muito mais graves e socialmente danosas do que aquelas vivenciadas pelos Estados Unidos e pelos demais países do centro do capitalismo mundial.

Agência multilateral

Também denominada instituição financeira internacional, é um organismo formado por representantes de vários países. A agência multilateral é responsável pelo financiamento de projetos de desenvolvimento e pela concessão de auxílio financeiro aos países em dificuldades econômicas. Exemplos importantes dessas agências são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A abordagem neoliberal do desenvolvimento

Apesar de seus êxitos, a teoria da dependência foi relegada no debate político e econômico dos anos 1990 e 2000, quando o neoliberalismo tornou-se hegemônico. Nesse período, sob o domínio dos países centrais e das **agências multilaterais** por eles controladas, a ação do Estado como agente de desenvolvimento foi rediscutida. Essa rediscussão decorreu, por um lado, da crise econômica internacional dos anos 1970 e 1980 (derivada do aumento dos preços do petróleo e da crise financeira que se abateu sobre países como México, Argentina e Brasil) e, por outro, da crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social.

A busca pela superação da crise dentro do sistema capitalista teve como eixo o resgate dos fundamentos do velho liberalismo e resultou em uma drástica redução do papel do Estado na economia. Privatizações foram estimuladas pelas reformas econômicas associadas às condições impostas pelas agências multilaterais. A maioria dos governos latino-americanos se submeteu ao tripé desregulação, privatização e abertura econômica como receita para a recuperação de suas economias.



A América Latina, como região periférica e dependente, vem sendo submetida às decisões políticas e econômicas dos Estados Unidos e demais países centrais. Muitas vezes, essa dominação é expressa pela submissão da região a agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI.

Contudo, tal como ocorreu no passado, os princípios (neo)liberais não foram suficientes para a promoção do desenvolvimento. Na dinâmica das relações internacionais, os países centrais continuaram a fornecer auxílio e socorro econômico (financiamentos, empréstimos etc.), quando necessário, mas sob condições. Além disso, como as nações em desenvolvimento em geral não produzem os bens, nem serviços, nem mesmo a infraestrutura de que necessitam, elas estão sempre recorrendo aos capitais, às tecnologias, aos produtos e a outros elementos oriundos dos países desenvolvidos. Assim, os países em desenvolvimento mantêm-se endividados e obrigados a aceitar as condições impostas pelos países centrais e pelas agências multilaterais. Consequentemente, as causas da dependência se mantêm.

Em síntese, vemos que sob a hegemonia neoliberal o subdesenvolvimento continua existindo, e as nações desenvolvidas tendem a manter seu padrão de desenvolvimento (apesar das crises que atravessam, como ocorre desde 2008). Logo, a desigualdade pode ser vista como uma condição inerente à modernidade. A divisão internacional do trabalho e a própria dinâmica das relações internacionais retroalimenta o ciclo vicioso que ainda hoje separa os países entre centro e periferia, desenvolvidos e em desenvolvimento.

O debate sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990

Com o fracasso das políticas neoliberais, que deixaram milhões de pessoas desempregadas e empobrecidas a partir dos anos 1990, a questão do desenvolvimento e das soluções para os problemas ligados a ele voltou a ser debatida. A industrialização crescente de alguns países, como o Brasil (que antes eram chamados de "subdesenvolvidos" e passaram a ser chamados de países "em desenvolvimento" e, posteriormente, de "emerentes"), levou a uma situação em que o crescimento econômico – cujos principais indicadores são o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, os números absolutos das interações comerciais, do consumo (gasto das pessoas, empresas, Estado) e da produção (de bens e serviços) – convivia com elevados índices de concentração de renda, analfabetismo, fome e mortalidade infantil. Era preciso que as conquistas da economia se refletissem no aumento do bem-estar, que, por sua vez, deveria ser definido e medido adequadamente.

Foi nesse contexto que o pensamento desenvolvimentista voltou a se fazer presente, apontando alternativas para os países e sociedades periféricos. Uma das abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento é aquela proposta por intelectuais como o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub Ul Haq (1934-1998), que, em 1993, criaram um índice que incluía o ser humano e seu bem-estar na avaliação do desempenho econômico de uma nação: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice, além de levar em conta a renda (o PIB dividido pelo número de habitantes do país, isto é, o PIB *per capita*), considera a expectativa de vida (medida da saúde da população) e os indicadores relacionados à educação (forma de medir as possibilidades de as pessoas se tornarem autônomas para aproveitar as oportunidades criadas pela melhoria das condições de renda e saúde).

Livro

- ◆ GÓES, José Angelo Wenceslau. *Fast-food: um estudo sobre globalização alimentar.*

Salvador: EDUFBA, 2010.

O autor apresenta um estudo etnográfico sobre usuários de uma rede de fast-food em Salvador, Bahia, partindo para análises e interpretações sobre a cultura de consumo global.

Livro

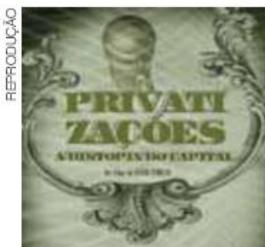
- ◆ CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global.*

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Escrito pelo linguista e pensador político Noam Chomsky, o livro apresenta ensaios do autor, em sua maioria sobre o capitalismo atual e a doutrina neoliberal. Além de abordar alguns aspectos históricos do surgimento do neoliberalismo, Chomsky analisa variantes da doutrina e suas consequências práticas.

Filme

- ◆ Privatizações: a distopia do capital



Brasil, 2014.

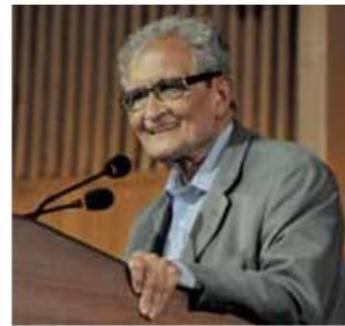
Direção: Silvio Tendler.
Duração: 56 min.

O filme procura apontar os limites da era das privatizações, a partir dos anos 1990, resgatando o papel do Estado no pós-guerra e a ideologia desenvolvimentista para situar o que significou o neoliberalismo. Recorre a opiniões de especialistas, entre os quais sociólogos, geógrafos e economistas.

Protecionismo econômico

É um mecanismo usado para salvaguardar as indústrias nacionais da concorrência externa. Essa proteção se dá por meio de aumento da carga tributária sobre a importação de gêneros agrícolas e manufaturados, criação de normas restritivas para a entrada de produtos estrangeiros e utilização de subsídios (créditos, incentivos fiscais etc.) governamentais para baratear os produtos nacionais.

Quem escreveu sobre isso



VIPIN KUMAR/HINDUSTAN TIMES/GETTY IMAGES

Criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Amartya Sen considera que o crescimento deve vir junto com a igualdade social.

Amartya Sen

O economista Amartya Sen (1933-) é um dos mais reconhecidos intelectuais da atualidade e seu pensamento contribui para a construção de meios efetivos que sirvam para orientar o capitalismo rumo a um processo de crescimento com resultados mais justos e igualitários. Ele relacionou o crescimento econômico com a necessidade de a população ter formas de fazer suas escolhas e, assim, exercer de fato a cidadania. Entre suas principais obras estão *O desenvolvimento como liberdade* (2000), *Desigualdade reexaminada* (2001) e *As pessoas em primeiro lugar* (2010).

Assim, uma ideologia baseada no crescimento econômico (neoliberalismo) foi preterida por outra (proposta por Sen e Ul Haq) cujo fundamento estava no desenvolvimento humano. Os diferentes processos de transformação que ocorreram nos anos 1990 e que envolveram tanto a revolução nas tecnologias de comunicação quanto o fim da Guerra Fria (com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991) contribuíram para essa mudança de ideologia. O desenvolvimento voltou a ser debatido e incorporou outras variáveis. Além do ser humano, o meio ambiente passou a ser considerado importante, em razão do uso crescente de recursos não renováveis, da destruição de ecossistemas e da poluição da atmosfera provocada pelo crescimento industrial.

Ainda nos anos 1990, surge o pensamento de Manuel Castells (1942-). Ele sustenta que o modo de desenvolvimento preponderante no futuro próximo não será mais baseado na indústria, mas no conhecimento. Dessa forma, em vez do industrialismo, a sociedade atual viveria na era da informação, o informacionalismo, no qual as tecnologias mais importantes estariam relacionadas à informática, pois possibilitariam a expansão do conhecimento e o aumento do fluxo de informações. O desenvolvimento, na teoria de Castells, está ligado à capacidade de incentivar os avanços da tecnologia e valorizar o conhecimento.

O debate desenvolvimentista continua no século XXI. Uma das novas proposições dos últimos anos é a de Ha-Joon Chang. Segundo ele, para alcançar seu atual *status*, as potências desenvolvidas precisaram contrariar os princípios liberais radicais e operar uma efetiva intervenção estatal na economia. A política econômica que orientou seu desenvolvimento seguiu diferentes princípios de planejamento, como incentivo à indústria nacional, **protecionismo econômico** e fortalecimento de um Estado empenhado em garantir direitos como saúde, educação e habitação.

Chang também demonstra que essas estratégias de desenvolvimento e modernização adotadas pelos países desenvolvidos não foram reproduzidas, desde o início, pelos países periféricos. Ainda hoje, os Estados desenvolvidos impõem àqueles em desenvolvimento políticas liberais e de austeridade fiscal não adotadas por eles em seu próprio processo de formação nacional. Um exemplo de política liberal que hoje se coloca como regra para países em desenvolvimento que buscam superar a pobreza e a estagnação econômica é a prática do livre-comércio. O princípio de trocas comerciais livres de impostos e barreiras, apresentado como solução para países emergentes ou em desenvolvimento, não foi adotado pelos países desenvolvidos. Para crescer com autonomia, esses países se valeram das práticas que hoje condenam, como o protecionismo econômico.

Quem escreveu sobre isso

LIONEL DERIMAIIS/CORBIS/LATINSTOCK



O pensamento heterodoxo do economista sul-coreano Ha-Joon Chang influenciou políticas econômicas de países como o Equador, no governo de Rafael Correa (em 2016).

Ha-Joon Chang

O professor sul-coreano Ha-Joon Chang (1963-) ensina Política Econômica na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Escreve desde os anos 1990 sobre economia do desenvolvimento, capitalismo, propriedade intelectual e indústria. Atualmente, é um dos mais reconhecidos economistas heterodoxos, contrário aos princípios liberais de não intervenção do Estado na economia. Sua crítica ao capitalismo contemporâneo decorre da avaliação histórica que faz sobre a evolução desse sistema socioeconômico, que ainda considera como o melhor sistema de produção e trocas criado pelos seres humanos, apesar de suas crises. Em seu livro *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, de 2002, Chang mostra como os países desenvolvidos estão “chutando a escada” pela qual subiram ao topo ao impedir que países em desenvolvimento adotem as políticas e as práticas que eles próprios usaram.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outro tema importante no século XXI tem sido a questão da segurança. Por causa dos atentados de 11 de setembro de 2001, promovidos pelo grupo terrorista Al-Qaeda, que lançou aviões sobre as torres do World Trade Center e sobre o Pentágono, nos Estados Unidos, o terrorismo internacional passou a ser tema de diversos debates. A promoção do desenvolvimento seria uma forma de dificultar o crescimento do terrorismo.

Além disso, em 2000, a ONU produziu um documento, assinado por mais de 180 países, que criou uma parceria internacional para o desenvolvimento mundial: a Declaração do Milênio. Esse documento fixou vários objetivos relativos ao desenvolvimento, entre os quais eliminar a fome, reduzir a mortalidade infantil, promover a educação universal e a preservação do meio ambiente. Seguindo essa mesma linha, em 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20, uma conferência internacional para que os países da ONU adotem medidas comuns para a promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2015, em Paris, foi realizada a 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21), que teve como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Como esse debate acontece nos fóruns globais de discussão, vê-se que o desenvolvimento é tema que está cada vez mais atrelado às novas condições econômicas e políticas que articulam o nacional com o global, ou seja, a política interna dos países com as questões mais amplas das relações internacionais.

REUTERS/LATINSTOCK



Incentivar o desenvolvimento seria uma forma de coibir o avanço do terrorismo e consequentemente de ações de impacto para a sociedade, como as atividades do grupo Estado Islâmico. Na foto, militantes dessa facção desfilam pelas ruas da cidade de Rakka (Iraque, 2014).

Imigrantes: um novo desafio ao desenvolvimento?

De acordo com a ONU, em 2014 o número de deslocamentos forçados no mundo ultrapassou os 50 milhões de pessoas, sendo maior do que durante a Segunda Guerra Mundial. Além dos refugiados, o mundo conta também com uma série de migrações por motivos econômicos, o que leva a deslocamentos maciços, sobretudo de jovens em idade economicamente ativa.

A chanceler alemã Angela Merkel (1954-) chegou a afirmar, em 2015, que a imigração para a Europa constituía um "problema" maior do que os conflitos no Oriente Médio. Os países daquele continente adotavam então políticas mais duras em relação aos imigrantes, justamente por vê-los como um problema. De acordo com a Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), os países europeus que mais recebiam imigrantes na época eram a Alemanha, a Inglaterra e a França, ou seja, justamente aqueles que empregavam as políticas mais "duras" em relação a eles.

A imigração tem sido considerada prioridade nas políticas de países ricos justamente por colocar em evidência o problema do desenvolvimento capitalista nos países pobres. Os conflitos políticos e religiosos levam famílias inteiras a pedirem asilo, o que torna difícil sua expulsão por parte desses governos. Embora haja países – como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Noruega – que estimulem a imigração de pessoas com alta qualificação educacional e profissional, quando se trata de jovens oriundos de países pobres, particularmente africanos, as nações desenvolvidas quase sempre coibem a entrada e a permanência desses indivíduos.

Para os países periféricos, a saída dos jovens também estabelece desafios ao desenvolvimento. Isso ocorre porque grande parte deles constitui uma geração de universitários e pesquisadores que poderiam trabalhar em prol de suas nações: é o que se chama de "fuga de cérebros". De acordo com a Nasac (Rede Africana de Academias de Ciências), cerca de um terço de todos os cientistas africanos trabalham em países desenvolvidos, o que faz com que o continente perca parte do potencial científico e tecnológico capaz de amenizar a dependência de seus países. O gráfico abaixo mostra a quantidade de deslocamentos em uma década.

Deslocamentos forçados em âmbito global (1993-2013)



Fonte: Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. *Custo humano da guerra: UNCHR Global Trends - 2013*. Genebra: UNCHR, 2014. p. 6.

4

O debate sobre desenvolvimento na era da globalização

"Globalização" é uma palavra-chave para os debates sociológicos, econômicos e políticos. Em geral, o termo "global" se refere à nova dinâmica econômica e política do mundo capitalista após os anos 1970-1980, contrapondo-se ao termo "nacional". Esse debate surge com as políticas neoliberais inauguradas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sabemos que o neoliberalismo defende medidas econômicas de controle de gastos do Estado (com redução de subsídios do Estado para políticas sociais), venda de empresas públicas (privatização), combate à luta sindical e incentivo à concentração bancária e financeira, o que conferiu muito poder às agências multilaterais e outras instituições internacionais.

Em poucas palavras, muitos se referem à globalização como perda de poder do Estado nacional e do mercado interno, que abre espaço para trocas comerciais e financeiras internacionais e cede poder para diferentes instituições internacionais, ou seja, empresas, bancos e agências multinacionais. A globalização e suas consequências foram vistas de formas diferentes pelos estudiosos do assunto. De maneira geral, há consenso entre os especialistas de que esse processo acarretou forte redução dos níveis de emprego na indústria, aumento dos níveis de pobreza e redução do acesso a direitos fundamentais e sociais.

Atualmente, inúmeros sociólogos, economistas e outros intelectuais estão estudando a globalização e suas relações com o neoliberalismo e com o desenvolvimento. Como resultado desses estudos, hoje nem todos concordam que o "global" se opõe ao "nacional" e muitos defendem que o desenvolvimento deve ser resgatado como paradigma de atuação do Estado e das próprias instituições financeiras internacionais. Desde o início do século XXI, em especial depois da crise econômica e política que se arrasta desde 2008, voltou à cena o debate sobre os "excluídos" da globalização, isto é, os grupos ou classes sociais mais prejudicados na atual conjuntura econômica, sobretudo os jovens.

Os chamados NEETs (*Not in education, employment or training*: expressão em inglês que significa "fora da escola, do trabalho ou de uma capacitação") são atualmente uma das maiores preocupações nas políticas públicas, pois encontram-se excluídos dos eventuais efeitos benéficos da globalização em razão de uma "ausência estrutural" que apresenta consequências nocivas para o presente e o futuro. Assim, no debate contemporâneo sobre a globalização, o "desenvolvimento" vem sendo resgatado como um paradigma oposto ao "neoliberalismo". Seu propósito seria o de restabelecer níveis de emprego e de "inclusão" desses grupos, deslocados do mercado de trabalho e da esfera de direitos pelas políticas restritivas implementadas sob o ideário neoliberal. O desenvolvimento também é a base de algumas ações políticas inovadoras no cenário internacional, como a proposição do Banco do Brics, uma iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que pretende colocar-se como alternativa às instituições de Bretton Woods no socorro financeiro a países em desenvolvimento e auxiliar na superação dessa posição.

Saiba mais

Brics

O acrônimo Bric foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill (1957-), executivo do grupo financeiro Goldman Sachs, para se referir aos países que, em sua visão, em poucos anos estariam entre as grandes potências globais. Esses países seriam Brasil, Rússia, Índia e China. A proposição de O'Neill foi imediatamente acolhida pelos próprios países destacados, que, desde então, formaram um grupo de cooperação política. Em dezembro de 2010, o grupo acolheu a África do Sul, motivo pelo qual passou a ser

conhecido como Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujo nome, em inglês, é South Africa). Sob o ponto de vista da geopolítica, o Brics apresenta-se ao mundo como um bloco marcado pela força militar da Rússia, pelo crescimento econômico da China, pelo desenvolvimento tecnológico da Índia e pelo potencial produtivo do Brasil e da África do Sul. Além disso, reúne países com grande extensão territorial, vasto contingente populacional e situados em quatro diferentes regiões do mundo.

Site

- www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria

Acesso em: mar. 2016.

Página do site do Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre economia solidária. Fornece informações básicas a respeito de alternativas solidárias de geração de emprego e renda que contam com uma economia mais criativa e coletiva. Além do histórico das ideias a respeito de economia solidária, há textos e publicações para se aprofundar no assunto.

Geopolítica

Ramo da Ciência Política que estuda as relações entre espaço, poder e posição. Fundada no século XIX com base nas ideias do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), a Geopolítica por muitas décadas teve como foco os interesses dos Estados nacionais. Hoje, contudo, a Geopolítica crítica também considera os interesses e as necessidades de atores sociais como sindicatos, empresas, partidos políticos, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil.

O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização

A queda do Muro de Berlim e a expansão global do capitalismo a partir dos anos 1990 trouxeram novas perspectivas para a discussão sobre desenvolvimento. Embora o capitalismo já demonstrasse que seu processo de acumulação levava a uma necessária expansão territorial, a diferença do desenvolvimento capitalista entre as nações era o foco das análises das teorias do século XX. Tentava-se, como vimos, compreender essas diferenças como intrínsecas ao capitalismo, dividindo-se os países em uma escala de desenvolvimento ou ainda reconhecendo quais nações poderiam ser consideradas de economia dependente, embora integradas ao sistema capitalista.

Os anos 1990 trouxeram outras correntes sobre o desenvolvimento. Uma delas é a que abrange as teorias das "variedades de capitalismo". A principal proposta dessas teorias é analisar a relação das instituições políticas com o mercado, assumindo que o escopo nacional-institucional é ainda central para a modulação dos mercados. Peter Hall (1932-2014) e Davida Soskice (1942-) afirmam que as convergências para um modelo neoliberal não se concretizaram de fato: os Estados nacionais moldavam suas economias para entrada na globalização com base em uma complementaridade institucional (o conjunto das instituições em cada país tem um resultado) e das suas vantagens competitivas, impedindo uma convergência rumo a um modelo único.

Antes mesmo desse cenário, outra teoria vinha se desenvolvendo desde os anos 1970 com o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-). Ele é o precursor da teoria do sistema-mundo, que considera o

capitalismo como um sistema global dividido em áreas de desenvolvimento desigual: centro, periferia e semi-periferia. Nessa perspectiva, não existem estágios de desenvolvimento do capitalismo, mas sim zoneamentos criados pelo sistema-mundo capitalista, com diferentes graus de desenvolvimento econômico e social gerados pelas contradições internas do próprio sistema.

Immanuel Wallerstein utiliza-se das teorias da dependência e das pesquisas sobre a independência de ex-colônias africanas para avançar nos estudos sobre o capitalismo mundial. Atentando para a divisão técnica e tecnológica do capitalismo, que gera zonas de maior ou menor grau de lucro nas cadeias de valor, o sociólogo sublinha as trocas desiguais entre nações ou regiões que foram incorporadas na hierarquia do sistema-mundo. O autor salienta que o capitalismo, desde seu surgimento, constituiu-se como um sistema social que incorpora, aos poucos, zonas do globo. Assim surgiram os Estados-nações e a divisão internacional do trabalho, com o intuito de gerar excedentes com distribuições desiguais.

Diferentemente das teorias da dependência, a teoria do sistema-mundo parte da "totalidade" capitalista e da incorporação de regiões no globo, e não da formação das nações e de sua inserção em um sistema, que posteriormente se torna global. Entretanto, muitos teóricos da dependência, como o economista brasileiro Theotonio dos Santos e o sociólogo alemão André Gunder Frank (1929-2005), passaram a contribuir para a teoria do sistema-mundo, combinando a análise dos ciclos econômicos e dos ciclos históricos de longo prazo.

Regiões de diferente desenvolvimento (2013)



O Banco do Brics e o desenvolvimento

Desde a realização de sua primeira reunião de cúpula, ocorrida na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em julho de 2009, os países-membros do Brics procuram coordenar suas ações políticas e avançar na cooperação econômica e financeira.

No campo político, eles buscam ampliar sua participação em agências multilaterais, como o FMI, bem como democratizar a ONU e seu Conselho de Segurança, do qual já fazem parte a Rússia e a China. No campo econômico e financeiro, em que se destacam iniciativas como o financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, a ação mais importante até o momento foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), mais conhecido como Banco do Brics. Estabelecido ao final da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brics, realizada em julho de 2014 na cidade de Fortaleza (CE), esse banco tem um aporte inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. Leia, a

seguir, um trecho do documento jurídico-diplomático que deu origem ao Banco do Brics.

[...] Os BRICS, bem como outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativas para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

BRICS – Ministério das Relações Exteriores.

VI Cúpula do Brics – Declaração de Fortaleza [item 11]. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/imprensa/comunicados-de-imprensa/215-vi-cupula-do-brics-declaracao-de-fortaleza>. Acesso em: fev. 2016.



EFE/PRESS/AFP

Os mandatários de Rússia, Índia, Brasil, China e África do Sul posam para uma fotografia oficial na VI Cúpula do Brics, ocorrida na cidade de Fortaleza (CE, 2014).

Atividade

A articulação política e econômica de países fora do eixo América do Norte-Europa ocidental-Japão é um elemento importante para o fortalecimento dos países periféricos, também denominados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Essa articulação é igualmente fundamental para que as grandes instituições internacionais, quer políticas, como a ONU, quer econômicas e financeiras, como o Banco Mundial e o FMI, possam ser mais permeáveis aos interesses e necessidades desses mesmos países. Contudo, sabemos que as relações de dependência

que dividem os países em desenvolvidos (centro) e em desenvolvimento (periferia) não podem ser extintas por meros atos de vontade. Assim, discuta com os colegas a importância do Banco do Brics como alternativa para o desenvolvimento autônomo dos países em desenvolvimento e apresente o resultado dessa discussão para os demais colegas. Ao longo dos debates, reflita sobre os fatores que impulsionam os propósitos desse banco, bem como sobre aqueles que podem dificultar a materialização desses objetivos.